

Sugestões para um DF melhor

» ADRIANA BERNARDES

As diretrizes para a cidade de que o brasiliense quer no futuro estão traçadas. Os moradores do DF desejam ver ampliada a oferta de áreas para moradia. Querem rever as normas de gabarito e de uso e de ocupação do solo, inclusive na área tombada, e ver as poligonais de suas cidades finalmente definidas. Cerca de 14 mil pessoas participaram das discussões travadas na Conferência Distrital das Cidades — encerrada no último domingo — e as propostas apresentadas deverão nortear os estudos e as ações do governo nos próximos anos, inclusive na elaboração das leis.

Ao longo dos últimos dois meses, foram realizadas 32 reuniões e sete fóruns sobre o assunto. A definição das poligonais das regiões administrativas está entre os temas mais polêmicos. Apesar de 19 das 30 cidades têm sua área geográfica oficializada por lei. Ficou decidido que a Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano (Sedhab) vai definir os limites das áreas e apresentar os desenhos aos delegados — representantes de movimentos sociais e populares; do poder público; de ONGs, de entidades profissionais e acadêmicas, de empresários e de entidades sindicais — antes de enviar o projeto de lei para apreciação na Câmara Legislativa em 2012.

Entre os muitos desafios do governo, está o de viabilizar áreas regulares para habitação, promover a regularização de condomínios já consolidados e buscar alternativas para antigos problemas na área tombada, como os puxadinhos das áreas comerciais e as pousadas da W3 Sul (veja quadro).

Segundo a Sedhab, a última etapa da conferência, no domingo, teve a participação de mais de mil delegados. O governador Agnelo Queiroz (PT) também participou do encontro. "Mobilizamos todos os setores da sociedade para discutir o que há de mais importante na vida dos cidadãos. Esta gestão, em sua visão democrática, entende que os problemas do Distrito Federal só serão resolvidos se estivermos abertos

Daniel Ferreira/CB/D.A Press - 10/11/11



Áreas como a Vila Planalto — que é tombada, mas sofre com os efeitos do crescimento desordenado — podem ter as normas de gabarito alteradas

à população e aos setores organizados", afirmou Agnelo.

Neste mês e em janeiro do próximo ano, os técnicos do governo terão a missão de consolidar as propostas da população para, em fevereiro, apresentá-las aos moradores de cada cidade. O que foi discutido nos encontros vai servir como parâmetro para a elaboração de leis importantes, como a que trata do uso e da ocupação do solo, além do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB).

Legalidade

Segundo a Sedhab, de modo geral, os participantes destacaram a necessidade de que sejam desenvolvidas ações a médio prazo e legalmente amparadas. Para o governo, há o reconhecimento de que a ilegalidade surge a partir da falta de planejamento e de fiscalização. Alguns dos assuntos tratados na conferência já saíram do papel, como

Rafael Ohana/CB/D.A Press - 28/7/10



No Guará, a população anseia pelo aumento das áreas residenciais

a eleição dos representantes da sociedade no Conselho de Administração da Companhia de Desenvolvimento Habitacional (Codhab). Os escolhidos vão substituir duas pessoas que estavam com o mandato estendido há um ano e meio. Os novos

integrantes tomam posse e já participam da reunião de dezembro.

Outra decisão tomada na Conferência das Cidades foi a criação dos conselhos locais de planejamento em cada uma das cidades do DF.

Total de pessoas que participou da Conferência Distrital das Cidades



» Em debate

Para facilitar as discussões durante a conferência, o Distrito Federal foi dividido em sete regiões, batizadas de Unidades de Planejamento (UPTs). Veja as principais propostas:

» UPT Sul (Gama, Santa Maria, Recanto das Emas e Riacho Fundo 2) — Definição do aumento do gabarito nas principais vias comerciais, mantendo a norma de quatro pavimentos nas áreas residenciais.

» UPT Oeste (Taguatinga, Brazlândia, Ceilândia e Samambaia) — Reurbanização de Ceilândia, especialmente na região situada ao longo da linha do metrô. Determinar áreas para instalação de equipamentos públicos (como hospitais, creches e escolas), de mobiliário urbano (lixeiras, bancos) e de quiosques.

» UPT Norte (Sobradinho, Planaltina e Sobradinho 2) — Revisão e readequação das normas urbanísticas para a definição de áreas que receberão equipamentos comunitários públicos e privados.

» UPT Leste (Paranoá, Itapoã, Jardim Botânico e São Sebastião) — Recomendação de estudo para verificar a possibilidade de aumento de gabarito para até seis pavimentos.

» UPT Central Adjacente 1 (Lago Sul, Park Way, Lago Norte e Varjão) — No caso do Park Way, por exemplo, manutenção das normas de uso. Regularização do Varjão.

» UPT Central Adjacente 2 (SIA, Guará, Riacho Fundo, Águas Claras, SCIA, Núcleo Bandeirante e Vicente Pires) — Alteração do gabarito em todas as cidades e modificação de uso.

» UPT Central (Brasília, Candangolândia, Cruzeiro, Sudoeste e Octogonal) — Autorização para funcionamento de pousadas nas quadras 500 das asas Sul e Norte, nas 700 da Asa Norte e no Setor Múltiplo de Atividades Sul (Lote 08, Trecho 3). Flexibilização do uso de solo e adequação do gabarito de regiões da área tombada. Em relação ao Cruzeiro Velho, está sendo resolvida a questão das ocupações de área pública.

Fonte: Sedhab

Novos setores

A ampliação da oferta de moradia é principal preocupação do morador de Brasília. A demanda foi constatada em todas as regiões do Distrito Federal, em especial no Guará, no Riacho Fundo, em Planaltina e em Sobradinho. No conjunto de propostas levantadas na conferência, detectou-se a necessidade de criação de setores habitacionais nas quadras 48, 50, 52, 54, 56, 58 e 60 do Guará e a revisão da destinação do uso dos lotes institucionais do Varjão.

No fim do encontro, ficou aprovada a Carta de Compromisso, que deverá ser entregue a Agnelo Queiroz. No documento, o Executivo se compromete a formular uma política participativa de desenvolvimento urbano. Além disso, prevê a priorização da regularização fundiária de áreas de interesse social.

Os participantes da conferência das cidades também querem que o GDF se comprometa a viabilizar as áreas comerciais e de serviços nos novos setores habitacionais, assim como nos que vierem a ser regularizados. Assim como pretendem ter a garantia de que as propostas apresentadas sejam reconhecidas e respeitadas na definição das leis de uso e de ocupação do solo e do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília. (AB)